



Companhia Energética Nardini

Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionista da
Companhia Energética Nardini
Vista Alegre do Alto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Nardini (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 24 de junho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-044415/F

A handwritten signature in purple ink, appearing to read 'Wagner'.

Wagner dos Santos Junior
Contador CRC SP-216386/O

Ativo	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Caixa e equivalente de caixa	9	130	487
Contas a receber de clientes		-	249
Estoques	10	11.354	8.753
Partes relacionadas	11	16.016	19.942
Tributos a recuperar	12	85	401
Outros ativos		3	148
Total do ativo circulante		27.588	29.980
Tributos a recuperar	12	1.789	1.264
Total do realizável a longo prazo		1.789	1.264
Imobilizado	13	26.408	25.590
Total do ativo não circulante		28.197	26.854
Total do ativo		55.785	56.834

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Fornecedores	14	2.225	3.184
Tributos a recolher	15	78	61
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	19	132
Salários e encargos sociais	16	802	796
Total do passivo circulante		3.124	4.173
Provisão para demandas judiciais	18	24	24
Total do passivo não circulante		24	24
Patrimônio líquido	19		
Capital social		43.864	43.864
Reserva legal		8.773	8.773
Total do patrimônio líquido		52.637	52.637
Total do passivo		3.148	4.197
Total do passivo e patrimônio líquido		55.785	56.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida	20	70.036	67.017
Custo dos produtos vendidos	21	<u>(38.791)</u>	<u>(32.111)</u>
Lucro bruto		31.245	34.906
Despesas gerais e administrativas	21	(86)	(26)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>(1)</u>	<u>56</u>
Lucro operacional		<u>31.158</u>	<u>34.936</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(13)</u>	<u>(11)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>31.145</u>	<u>34.925</u>
Imposto de renda e contribuição social	17	<u>(2.239)</u>	<u>(2.241)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>28.906</u>	<u>32.684</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do exercício	28.906	32.684
Resultado abrangente total	<u>28.906</u>	<u>32.684</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de abril de 2024	43.864	8.773	-	52.637
Lucro líquido do exercício	-	-	32.684	32.684
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e adicionais	-	-	(32.684)	(32.684)
Saldos em 31 de março de 2025	<u>43.864</u>	<u>8.773</u>	<u>-</u>	<u>52.637</u>
Saldos em 1º de abril de 2025	43.864	8.773	-	52.637
Lucro líquido do exercício	-	-	28.906	28.906
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e adicionais	-	-	(28.906)	(28.906)
Saldos em 31 de março de 2026	<u>43.864</u>	<u>8.773</u>	<u>-</u>	<u>52.637</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		31.145	34.925
Ajustes de:			
Depreciação	13	2.282	2.396
Valor residual de ativo imobilizado vendido/baixado	13	1	5
Constituição (reversão) de provisão para demandas judiciais		-	(69)
Variação no capital circulante			
Contas a receber de clientes		249	3.652
Custos de manutenção a apropriar		(2.601)	(3.304)
Adiantamento a fornecedores		(24.981)	(36.160)
Tributos a recuperar		(209)	(104)
Outros ativos		145	(16)
Fornecedores		(1.016)	2.053
Tributos a recolher		17	(126)
Salários e encargos sociais		6	182
Fluxo de caixa antes de juros, imposto de renda e contribuição social pagos		5.038	3.434
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.351)	(2.204)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>2.687</u>	<u>1.230</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	14	(3.044)	(781)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		<u>(3.044)</u>	<u>(781)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa		(357)	449
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	9	487	38
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	9	<u>130</u>	<u>487</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Nardini (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem sua sede na Fazenda Vista Alegre, km 2,5 da Rodovia SP323, bloco Cogeração, sala “A” na cidade de Vista Alegre do Alto (SP), Brasil. A Companhia foi constituída como subsidiária integral da sociedade Nardini Agroindustrial Ltda.

O exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 24 de junho de 2026. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como energia elétrica gerada não foram auditadas pelos auditores independentes.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2026 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 f(iii) - Vida útil de ativo Imobilizado;
- Nota explicativa nº 17 - Mensuração do imposto de renda e da contribuição social.
- Nota explicativa nº 18 - Reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia avaliou as alterações e revisões de normas adotadas no Brasil pelo CPC, com vigência a partir de 1º de abril de 2025, incluindo aquelas relacionadas ao CPC 26, CPC 23 e CPC 32, e concluiu que não houve impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. Não houve adoção antecipada de normas, interpretações ou alterações que pudessem ter efeito significativo no exercício findo em 31 de março de 2026.

7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) Venda de energia elétrica

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem descontos obtidos de fornecedores.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros.

c. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Custos de manutenção (Custos a apropriar)

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como estoque – custos a apropriar e apropriados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados por regime de competência de acordo com a legislação vigente do “lucro presumido”. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário/aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos de manutenção

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas anuais de depreciação, para o exercício corrente e comparativos estão mencionados na nota explicativa nº 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Instrumentos financeiros

Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

A Companhia reconhece os ativos financeiros na data da negociação na qual se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente, ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando as empresas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelas empresas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia, em decorrência do seu modelo de negócio e características dos instrumentos financeiros ativos, classifica tais instrumentos como custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros compreendem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros ativos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

h. Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido.

A distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, ou destinado para futuro aumento de capital, com reconhecimento no patrimônio líquido da Companhia, após determinada pela controladora.

i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas de créditos esperadas sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual às perdas de créditos esperadas para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perdas de créditos esperadas para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual às perdas de créditos esperadas para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de créditos esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perdas de créditos esperadas é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de créditos esperadas

As perdas de créditos esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de créditos esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de créditos esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares.

Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Foram emitidas normas, alterações e novos dispositivos legais ainda não vigentes na data destas demonstrações financeiras, os quais não foram adotados antecipadamente pela Empresa. A Administração está em processo de avaliação dos potenciais impactos decorrentes dessas mudanças.

CPC 51 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements - PFS*) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Empresa são os seguintes:

- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures - MPMs*); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo o CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/03/2025
Caixa e bancos	130	487
	<u>130</u>	<u>487</u>

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentada na nota explicativa nº 22.

10 Estoques

	31/03/2026	31/03/2025
Custo de manutenção a apropriar de entressafra (i)	11.032	8.380
Manutenção industrial	294	349
Almoxarifado e outros	28	24
	<u>11.354</u>	<u>8.753</u>

(i) Custos das atividades de manutenção industrial incorridos durante o período de entressafra a apropriar na safra seguinte.

a. Movimentação do custo de manutenção de entressafra

Entressafra industrial	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	8.380	5.135
(+) Adições	11.032	8.380
(-) Baixas	(8.380)	(5.135)
	<u>11.032</u>	<u>8.380</u>

11 Partes relacionadas

a. Operações com pessoal chave

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria, eleitos trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não remunera e não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo, os quais são pagos através da controladora da Companhia.

b. Principais saldos

	31 de março de 2026			
	Ativo Circulante	Transações		
	Adiantamentos a fornecedores (i)	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Dividendos deliberados
Nardini Agroindustrial Ltda.	16.016	42.031	(12.543)	(28.906)
	<u>16.016</u>	<u>42.031</u>	<u>(12.543)</u>	<u>(28.906)</u>

	31 de março de 2025				
	Ativo Circulante		Transações		
	Clientes a receber	Adiantamentos a fornecedores (i)	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Dividendos deliberados
Nardini Agroindustrial Ltda.	81	19.942	48.195	(13.235)	(32.685)
	<u>81</u>	<u>19.942</u>	<u>48.195</u>	<u>(13.235)</u>	<u>(32.685)</u>

- (i) Saldo referente a adiantamento para compra de bagaço de cana de açúcar para geração de energia elétrica conforme contrato acordado entre as partes.

12 Tributos a recuperar

a. Composição

	31/03/2026	31/03/2025
ICMS (i)	1.739	1.519
ICMS sobre compra de imobilizado	124	123
Outros	11	23
	<u>1.874</u>	<u>1.665</u>
Circulante	85	401
Não circulante	1.789	1.264

- (i) Oriundo dos créditos de insumos industriais utilizados na fabricação de energia elétrica.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções orçamentárias, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

13 Imobilizado

a. Composição

	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações industriais	Outras imobilizações	Obras em andamento (i)	Total
Em 31 de março de 2024					
Custo ou valor estimado	15.061	32.475	71	-	47.607
Depreciação acumulada	(2.127)	(18.345)	(71)	-	(20.543)
	<u>12.934</u>	<u>14.130</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.064</u>
Adições	37	890	-	-	927
Baixas do imobilizado	-	(5)	-	-	(5)
Transferência entre grupos	-	(36)	36	-	-
Depreciação	(390)	(2.002)	(4)	-	(2.396)
Em 31 de março de 2025					
Custo ou valor estimado	15.098	33.356	77	-	48.531
Depreciação acumulada	(2.517)	(20.379)	(45)	-	(22.941)
	<u>12.581</u>	<u>12.977</u>	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>25.590</u>
Adições	-	764	-	2.337	3.101
Baixas do imobilizado	-	(1)	-	-	(1)
Depreciação	(390)	(1.887)	(5)	-	(2.282)
Em 31 de março de 2026					
Custo ou valor estimado	15.098	34.119	77	2.337	51.631
Depreciação acumulada	(2.907)	(22.266)	(50)	-	(25.223)
	<u>12.191</u>	<u>11.853</u>	<u>26</u>	<u>2.337</u>	<u>26.408</u>
Taxa anual de depreciação - %	2,5	11,6	16,2	-	-
Vida útil média - em anos	40	8,6	6,2	-	-

- (i) O saldo de obras em andamento refere-se, principalmente, a projetos de modernização e automação industrial, incluindo a troca dos superaquecedores da caldeira, da linha desmineralizadora e retrofit de sistemas.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

De acordo com o NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia precisa avaliar, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar necessidade de teste sobre seu valor de recuperação. Tal avaliação é baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças de condições do mercado, dentre outros.

A Companhia não identificou eventos ou mudanças significativas que indicassem a necessidade de avaliação para redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados em 31 de março de 2026, e considerando as atuais informações, não efetuou registro de provisão, estando atenta a qualquer indício de perda que possa surgir.

14 Fornecedores

	31/03/2026	31/03/2025
De imobilizado	203	146
Diversos		
De terceiros	2.022	3.038
	<u>2.225</u>	<u>3.184</u>

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 22.

a. Conciliação efeito caixa das compras de imobilizado e intangível

	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial fornecedores de imobilizado	146	-
Compras (nota 13)	3.101	927
Saldo final fornecedores de imobilizado	<u>(203)</u>	<u>(146)</u>
Efeito caixa	<u>3.044</u>	<u>781</u>

15 Tributos a recolher

	31/03/2026	31/03/2025
PIS/COFINS/CSLL	39	20
Cofins	13	5
INSS	11	28
IRRF	6	5
Imposto sobre serviços	6	2
PIS	3	1
	<u>78</u>	<u>61</u>

16 Salários e encargos sociais

	31/03/2026	31/03/2025
Salários	154	115
Férias e 13º salário	304	282
Participação de lucros e resultados	109	172
Encargos sobre folha de pagamento	121	120
Encargos sobre férias e 13º salário	<u>114</u>	<u>107</u>
	<u>802</u>	<u>796</u>

17 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação da despesa calculada pelas alíquotas combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício é demonstrada como segue:

31 de março de 2026	Imposto de renda	Contribuição social
Receita com venda de produtos	73.437	73.437
Alíquotas de presunção - %	8%	12%
	5.875	8.812
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	5.875	8.812
Alíquota vigente	25%	9%
	(1.470)	(793)
Ajuste para alíquota efetiva		
Diferencial de alíquota	24	-
	(1.446)	(793)
No resultado do exercício	(2.239)	
Alíquota efetiva	7%	
31 de março de 2025	Imposto de renda	Contribuição social
Receita com venda de produtos	73.541	73.541
Alíquotas de presunção - %	8%	12%
	5.883	8.825
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	5.883	8.825
Alíquota vigente	25%	9%
	(1.471)	(794)
Ajuste para alíquota efetiva		
Diferencial de alíquota	24	-
	(1.447)	(794)
No resultado do exercício	(2.241)	
Alíquota efetiva	6%	

(b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	31/03/2026	31/03/2025
IRPJ	10	83
CSLL	9	49
	19	132

18 Provisão para demandas judiciais

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída em R\$ 24 (R\$ 24 em 31 de março de 2025) com base na opinião de seus assessores jurídicos que consideram provável ou mais que possível o risco de perdas com essa ação.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2026 e 2025 é de R\$ 43.864, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 43.863.806 ações ordinárias e nominativas, todas de titularidade da Nardini Agroindustrial Ltda.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 não houve constituição de reserva legal uma vez que o limite de 20% do capital social foi atingido.

c. Dividendos

Ao acionista é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

Em 31 de março de 2026 houve o pagamento de dividendos no montante de R\$ 28.906 (R\$ 32.684 em 31 de março de 2025) devidamente aprovada em ato societário em 31 de março de 2026, correspondentes ao total do lucro apurado.

20 Receita operacional líquida

a. Fluxos da receita

A Companhia gera receita principalmente pela venda energia elétrica.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Receita bruta	73.437	73.541
Reversão da estimativa de receita	-	(3.113)
Vendas canceladas e descontos	(5)	(362)
Imposto sobre as vendas	(3.396)	(3.049)
	<u>70.036</u>	<u>67.017</u>

b. Desagregação da receita de contratos com clientes

Receita de energia por tipo de contrato:

	31/03/2026	31/03/2025
Contatos com clientes - Terceiros	22.484	16.084
Mercado livre	6.957	3.564
Contratos com clientes - Partes relacionadas (i) (Nota 11)	<u>43.991</u>	<u>50.418</u>
	<u>73.432</u>	<u>70.066</u>

(i) As receitas com partes relacionadas líquidas de impostos e deduções são R\$ 42.031 (R\$ 48.195 em 31 de março de 2025).

Tipo	Energia contratada (MWh)	Preço contratado (MWh)	Índice de reajuste	Mês de Reajuste
CCEE	105.408	213,31	IPCA/IGPM	Janeiro
Mercado livre	23.901	291,23	-	-
Partes relacionadas	83.255	270,06	IPCA	Abril

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos. A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Mercado interno		
Energia elétrica -Terceiros	29.441	19.648
Energia elétrica - Partes relacionadas	22.484	23.582
Energia térmica (vapor) - Partes relacionadas	21.507	26.836
Total de mercado interno	73.432	70.066
Tributos sobre as vendas	(3.396)	(3.049)
Receita líquida	70.036	67.017

21 Custos e despesas por natureza

	31/03/2026	31/03/2025
Biomassa	(15.046)	(15.561)
Apropriação de custos de entressafra	(8.380)	(5.135)
Salários	(2.719)	(2.608)
Serviços prestados por terceiros	(2.549)	(2.278)
Manutenção em equipamentos	(1.874)	(1.748)
Energia elétrica consumida	(1.512)	(1.392)
Energia elétrica para revenda (i)	(3.966)	-
Depreciação	(1.161)	(1.383)
Produtos químicos	(1.027)	(1.101)
Outras despesas	(643)	(931)
	(38.877)	(32.137)
Classificadas como:		
Custos de produtos vendidos	(38.791)	(32.111)
Despesas gerais e administrativas	(86)	(26)
	(38.877)	(32.137)

(ii) Durante o exercício de 2026 a Companhia precisou realizar a compra de energia elétrica no mercado livre para cumprimento dos seus contratos. O volume de energia adquirida foi de 14.662 MW para revenda.

22 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2026 e 2025.

	Nota	31 de março de 2026		31 de março de 2025	
		Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	9	130	130	487	487
Contas a receber		-	-	249	249
Partes relacionadas	11	16.016	16.016	19.942	19.942
Outros ativos		3	3	148	148
Total de Ativos		16.149	16.149	20.826	20.826
Passivos					
Fornecedores e outras contas a pagar	14	(2.225)	(2.225)	(3.184)	(3.184)
Total de Passivos		(2.225)	(2.225)	(3.184)	(3.184)

b. Determinação do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e fornecedores possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo.

Em nenhum exercício, a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital da Companhia.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Contraparte	31/03/2026	31/03/2025
Caixa e equivalente de caixa	Bancos diversos	130	487
Contas a receber	Terceiros	-	168
Outros ativos	Diversos	3	148
		<u>133</u>	<u>803</u>

A Companhia utiliza o histórico de inadimplência global para a constituição dessa provisão, o que corresponde a títulos vencidos há mais de 90 dias que indicam que os clientes não devem conseguir pagar seus saldos pendentes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Este risco está 100% gerenciado pela Companhia, que assume uma abordagem na administração de liquidez, garantindo que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão do fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	31/03/2026	31/03/2025
Fornecedores	2.225	3.184
	<u>2.225</u>	<u>3.184</u>

A seguir, estão demonstrados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de março de 2026	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 Meses	25 a 36 meses
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	2.225	2.225	-	-
	<u>2.225</u>	<u>2.225</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
31 de março de 2025	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 Meses	25 a 36 meses
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	3.184	3.184	-	-
	<u>3.184</u>	<u>3.184</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e ainda evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Documentação de controles e procedimentos;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Acompanhamento mensal do Budget; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.
- Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para o acionista e o risco para o acionista e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/03/2026	31/03/2025
Total do passivo	3.148	4.197
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(130)	(487)
(=) Passivo líquido (A)	3.018	3.710
Total do patrimônio líquido (B)	52.637	52.637
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	5,73%	7,05%

23 Compromissos assumidos

(i) Contratos de venda de energia elétrica

Conforme contratos celebrados há o compromisso de venda de energia elétrica de 140 MW para safra 2026/2027 e 45 MW para safra 2027/2028.

24 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerários disponíveis na Companhia, saldos em poder de bancos.

25 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

26 Seguros

A Companhia busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de março de 2026 a Companhia entende que as coberturas contratadas estão adequadas para o porte de suas operações.

Tipo	Riscos cobertos	Cobertura máxima
Responsabilidade civil	Proteção a danos materiais, corporais, estéticos, morais e existenciais causados a terceiros	60.000
Riscos operacionais	Proteção a danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos agrícolas e industriais	250.000
Seguro vida (i)	Proteção financeira aos beneficiários em caso de morte ou invalidez do colaborador.	2.700

- (i) As coberturas serão substancialmente calculadas pelo salário base multiplicado por 12 limitado a R\$2.700 por colaborador

CEO, Vanderlei Adauto Caetano

CFO, Marcelo Pio Bertoleti

Contador, Celso Meneguesso Junior

---*---